

GUIA DE COMUNICAÇÃO AMIGÁVEL SOBRE PROTEÇÃO ÀS INFÂNCIAS PARA A IGREJA DO BRASIL



**ECOS^{de}
Proteção**
CUIDADO INTEGRAL E
DEFESA DAS INFÂNCIAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

S586

Silva, Marcia Veiga da; Costa, Patrícia Helena de Ribeiro Munhoz
Guia de comunicação amigável sobre proteção às infâncias para a igreja do Brasil /
Marcia Veiga da Silva e Patrícia Helena de Ribeiro Munhoz Costa. – Curitiba: Centro
Marista de Defesa da Infância; São Paulo: Tikibooks, 2026. (Ecos de Proteção:
Cuidado Integral e Defesa das Infâncias)
E-Book: PDF. 24 p.

ISBN 978-85-66241-50-1

1. Comunicação. 2. Comunicação Amigável. 3. Direitos da Criança e do
Adolescente. 4. Proteção da Criança e do Adolescente. 5. Enfrentamento de
Violências Contra Crianças e Adolescentes. 6. Proteção às Violências na Igreja. 7.
Ecos de Proteção: Cuidado Integral e Defesa das Infâncias. I. Título. II. Série. III.
Silva, Marcia Veiga da. IV. Costa, Patrícia Helena de Ribeiro Munhoz. V. Centro
Marista de Defesa da Infância (CMDI). VI. Pontifícia Universidade Católica do
Paraná – PUCPR.

CDU 364

CDD 362

Catalogação Elaborada por Regina Simão Paulino – CRB 6/1154

Rua Teresina, 67 - Belo Horizonte - MG - 31230-570

Tel. Fixo 31 34213037 - ruth-paulino@uol.com.br

REALIZAÇÃO

GRUPO MARISTA

Presidente

Ir. Vanderlei Siqueira dos Santos

Vice-presidente

Ir. Délcio Afonso Balestrin

Superintendente

Maurício Leite de Barros Marques Zanforlin

CENTRO MARISTA DE DEFESA DA INFÂNCIA

Diretor

Ir. Valdir Gugiel

Gerente

Bárbara Pimpão Ferreira

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR

Reitor

Ir. Rogério Renato Mateucci

Vice-Reitor

Prof. Vidal Martins

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Profª. Paula Cristina Trevilatto

Diretora de Pesquisa

Profª. Vanessa Santos Sotomaior

DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Bispo

Dom Celso Antônio Marchiori

EQUIPE DO PROJETO

Coordenação do Projeto

Bárbara Pimpão Ferreira

José André de Azevedo

Equipe CMDI

Gizele Barbosa

Rivaldo Dionizio Candido

Equipe do projeto Diocese de São José dos Pinhais

Pe. Celmo Suchek de Lima

Léo Marcelo Plantes Machado

Rosa Maria Ramos Mildemberger

Professores Pesquisadores PUCPR

Profª Caroline Filla Rosaneli

Prof. Pe. Marcio Luiz Fernandes

Discentes de Pós-Graduação PUCPR

Kathleen Vieira (Doutorado em Teologia)

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa (Doutorado em Educação)

Professores Pesquisadores PUCRS

Prof. Cristiano Hamann

Profª. Marcia Veiga da Silva

Discentes de Pós-Graduação PUCRS

Estéfano Elias Risso (Doutorado em Filosofia)

Guilherme Schoeninger Vieira (Doutorado em Direito)

PARCERIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS

Reitor

Ir. Manuir José Mentges

Vice-Reitor

Ir. Marcelo Bonhemberger

Coordenador do Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ir. Sandro André Bobrzyk

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza

Diretora de Pesquisa

Profª. Maria Martha Campos

INSTITUIÇÕES APOIADORAS

Porticus Latin America Eireli

Diocese de São José dos Pinhais

Núcleo Lux Mundi

FINANCIADOR

Porticus Latin America Eireli

A Porticus é uma organização filantrópica que tem como objetivo contribuir para um futuro justo e sustentável no qual a dignidade humana floresça. Atuamos com parceiros locais e globais em busca de mudanças sistêmicas e soluções em quatro áreas: meio ambiente, sociedade civil, educação e comunidades de fé.

PRODUÇÃO DO GUIA

Autoria

Profª. Marcia Veiga da Silva

Patrícia Helena de Ribeiro Munhoz Costa

Revisão técnica

Bárbara Pimpão Ferreira

Débora Cristina dos Reis Costa

Gizele Barbosa da Silva

Lizandra Vaz Salvadori

Milena Cristina Alves

Rivaldo Dionizio Candido

Revisão ortográfica

AlphaÔmega Traduções

Diagramação

Juliane Ramos

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Glossário de termos	7
3. Os elementos essenciais da Comunicação Amigável	10
4. A Comunicação Amigável na prática	14
5. Para saber mais	15
6. Desafio – Agora é a sua vez!	18
7. Lista dos links dos materiais importantes para compreender a comunicação amigável	19
8. Sobre os projetos Ecos de Proteção	20
9. Referências	22



1. INTRODUÇÃO

Você já ouviu falar em Comunicação Amigável?

É quando um conteúdo usa linguagem acessível, empática e acolhedora, mesmo para tratar de temas sensíveis. Apresenta informações úteis, interessantes e contextualizadas com a realidade do público, evita termos técnicos ou alarmistas e não reforça estereótipos, seja no texto ou nas imagens.

Pode ser encontrado em redes sociais, veículos de comunicação, murais de recados, aplicativos de mensagem, e podemos reconhecer quando a compreensão é fácil, a mensagem é clara e o sentimento despertado é de confiança.

A comunicação amigável é uma estratégia potente no enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes ao permitir que temas complexos sejam abordados de forma preventiva. Por isso, este guia apresenta caminhos possíveis para produção de conteúdos que fortalecem a cultura de cuidado na Igreja do Brasil. Aqui, você encontrará os elementos essenciais para uma comunicação amigável e exemplos de publicações com essas características. Porque proteger também é evangelizar.

Boa leitura!





2. Glossário de termos

» **Criança**: toda pessoa entre 0 e 12 anos incompletos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, classificam como “criança” quem tem até 18 anos, mas no Brasil prevalece a descrição do ECA.

Os dois documentos reconhecem crianças como sujeitos de direitos e em condição especial de desenvolvimento, e devem receber atenção prioritária da sociedade, da família e do Estado.

» **Adolescente**: pessoa entre 12 e 18 anos incompletos, também de acordo com o ECA. Apesar da divisão por faixa etária, tanto crianças quanto adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos em condição especial de desenvolvimento e devem ter seus direitos garantidos.

» **Menor**: ainda que “menor” seja usado pela Igreja Católica no mundo todo para se referir a crianças e adolescentes, a realidade brasileira é que o termo carrega uma conotação negativa, resquício do antigo Código de Menores, legislação de 1979 com uma abordagem repressiva e punitivista para meninos e meninas em situação de vulnerabilidade.

A Constituição Federal (1989) e o ECA (1990) romperam com essa lógica e estabeleceram a doutrina de proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento.

Ainda é comum que “menor” seja usado na imprensa, redes sociais e na fala das pessoas, principalmente em situações que envolvem violações de direitos. **O recomendável é substituir “menor” por palavras como criança, adolescente, menino, menina, garoto, garota e estudante.**

» **Violência sexual**: toda ação que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar condutas sexuais, independente de consentimento, local ou forma de execução (presencial ou virtual), por meio de força física e/ou influência psicológica, intimidação, aliciamento e sedução. Pode envolver contato físico, olhares, falas e exposição a conteúdos pornográficos.

A violência sexual é um termo guarda-chuva que inclui o abuso sexual e a exploração sexual.



- » **Abuso sexual:** toda ação em que a criança ou o adolescente é usado para fins sexuais. Pode envolver contato físico ou não, podendo acontecer até de forma online. Na maioria dos casos, a pessoa que pratica o abuso tem uma relação próxima com a criança ou a família.
- » **Exploração sexual:** o uso de criança ou adolescente em atividades sexuais em troca de pagamento ou alguma outra forma de compensação. Pode envolver contato físico ou não, podendo acontecer até de forma online.
Devemos evitar os termos “pornografia infantil” e “prostituição infantil” ao tratar da exploração sexual, porque podem minimizar a gravidade das práticas.
- » **Estupro de vulnerável:** segundo o Código Penal brasileiro, é qualquer conduta sexual cometida contra pessoas até 14 anos, com deficiência mental ou com incapacidade de resistência, casos em que não há maturidade física, emocional e cognitiva para o consentimento. É uma das formas de violência sexual e configura crime grave.
- » **Extorsão sexual:** quando alguém ameaça divulgar imagens sexualizadas de criança ou adolescente para forçar a prática de atos libidinosos, pagamento, produção de mais material íntimo ou outras formas de compensação.
- » **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil (PNVSCA):** é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes planejado a cada 10 anos (decenal), o qual pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual (ANDI);
- » **Proteção Integral:** o ECA considera crianças e adolescentes cidadãos em condições especiais de desenvolvimento e sujeitos de direitos. Logo, garante legalmente que o desenvolvimento físico, moral, psíquico e social seja assegurado a todos sem discriminação (ANDI);
- » **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:** é o trabalho articulado e integrado de organizações governamentais e da sociedade civil para promover, defender, monitorar e fiscalizar os direitos de crianças e adolescentes. Composto por organizações da sociedade civil que promovem os direitos de crianças e adolescentes por meio do atendimento direto a esse público. Na defesa pela garantia do acesso a



justiça e proteção legal como os tribunais de justiça, juizado da infância e da juventude, ministério público, defensoria pública, segurança pública, conselhos tutelares. No monitoramento e fiscalização temos os conselhos de direitos, conselhos setoriais, tribunais de contas. De acordo com o ECA (art. 86), deve ser colocado em prática por meio de políticas de atendimento articuladas e resultantes de ações governamentais e não governamentais. As políticas sociais (saúde, educação etc.) também integram o Sistema de Garantias (ANDI);

» **Direito à Comunicação:** [...] um grande guarda-chuva que abarca o conjunto de várias ações dedicadas à democratização da comunicação, como a criação de políticas públicas e de leis que assegurem a liberdade de informação, a garantia de um acesso equitativo a novas tecnologias da informação e o apoio à produção de conteúdos por ou para grupos marginalizados da sociedade (ANDI).





3. Os elementos essenciais da Comunicação Amigável

A partir da pesquisa foram mapeadas as características da comunicação amigável das quais foram sintetizados os elementos essenciais para aplicação em materiais e ações preventivas. **São dez elementos principais:**

1. **Respeito:** a comunicação deve se basear no respeito e na empatia, evitando qualquer forma de violência na linguagem ou imagens usadas.
2. **Facilitação do acesso** às informações que podem ser úteis para o público, principalmente sobre como denunciar situações de violência e buscar proteção das vítimas;
3. **Definição do público-alvo**, escolhendo se a mensagem será direcionada para adultos, crianças ou adolescentes. Cada grupo pede uma abordagem específica, de acordo com características geracionais e culturais. Conhecer bem o público auxilia no desenvolvimento da mensagem e na escolha dos canais de comunicação;
4. **Envolvimento de quem vai receber a mensagem.** Quando for possível, convidar pessoas que representem o público-alvo para participar do processo, seja em pesquisa inicial, na criação ou avaliação de materiais.
5. **Experimentar formas lúdicas de comunicação.** Recursos como dramatização, jogos, brincadeiras, histórias e vídeos são potentes para despertar o interesse do público. A ação é estratégica para criar um ambiente descontraído, facilitando a compreensão do conteúdo ao superar limitações verbais.
6. **Linguagem (verbal e não-verbal) clara, objetiva e acolhedora**, sem estereótipos;



7. **Acessibilidade e inclusão.** Pessoas com baixa proficiência em leitura, com dificuldades de aprendizagem, com déficit de atenção ou com barreiras linguísticas podem ter dificuldade com conteúdos complexos, com muitas informações ou elementos. Reduzir a complexidade pode facilitar a compreensão.
8. **A escolha de imagens deve ser cuidadosa,** principalmente no uso de fotos reais. As imagens não devem reforçar estereótipos nem sentimentos como medo, constrangimento ou tristeza. Por isso, recomenda-se o uso de ilustrações ou desenhos animados.
9. Antes da divulgação, os materiais podem ser **revisados com especialistas e representantes do público-alvo.** A validação contribui para que os conteúdos sejam mais adequados, interessantes e evita eventuais erros.
10. **Valorização da diversidade cultural.** Quando um conteúdo respeita características e valores do público, considerando diferenças regionais, de geração e grupos sociais, a mensagem ganha mais sentido e gera identificação.

Então, acha possível? Identificou algum desses elementos nos materiais de comunicação preventiva que a sua instituição desenvolve? Que tal fazer um checklist para verificar o que está faltando?

- ✓ O público-alvo está bem definido
- ✓ O tipo de conteúdo foi escolhido pensando no público (imagens, áudio, texto, música etc)
- ✓ O canal de comunicação também foi escolhido pensando no público (post em redes sociais, mensagem para WhatsApp, cartaz, panfleto, podcast, site etc)
- ✓ A mensagem está clara, objetiva, encorajadora e de fácil compreensão
- ✓ Facilita acesso a informações sobre formas de denunciar violências e como buscar apoio para vítimas



- ✓ As imagens foram escolhidas com cuidado, sem reproduzir estereótipos ou reforçar sentimentos como medo, constrangimento ou tristeza
- ✓ O tipo de letra, tamanho do texto, cores e disposição das informações estão facilitando a compreensão da mensagem
- ✓ Especialista e/ou representantes do público-alvo foram consultados ao longo do processo.

Linguagem Simples é uma forma de comunicação objetiva, simples e inclusiva. A estrutura textual é enxuta, com frases e parágrafos curtos. Evita ambiguidade e **procura usar um vocabulário conhecido do interlocutor.**

Permite que o público-alvo se concentre na mensagem principal do texto em vez de se distrair com uma linguagem complicada e inacessível. Na Linguagem Simples, o público-alvo está sempre em primeiro lugar (Guia de Linguagem Simples do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da FIOCRUZ), pois é um modo de comunicação que prioriza clareza, concisão e acessibilidade, reduzindo complexidade lexical, sintática e semântica.

Lexical: uso de vocabulário com palavras comuns, evitando tecnicismos ou jargões; preferência por termos com significado facilmente dedutível

Sintático: estruturas frasais curtas e lineares: sujeito-verbo-objeto, evitando subordinações excessivas; minimização de ambiguidades e duplos sentidos.

Semântico: foco em denotação (significado literal) em detrimento de conotações ou figuras de linguagem; contextualização explícita para evitar inferências complexas.

Seguindo este passo a passo, com certeza o seu material de comunicação estará alinhado a Comunicação Amigável e se tornará mais eficiente no sentido da comunicação efetiva e preventiva.

Quer ir um pouco mais além? Confira abaixo três aspectos que também são importantes se for possível de aplicar em seu contexto:



- » Promoção da autoconfiança e autoestima das crianças e adolescentes para que possam reconhecer as situações de risco e identificarem pessoas de confiança para pedir ajuda. O que pode ser aplicado em ações preventivas realizadas diretamente com crianças e adolescentes.
- » A importância da formação de atores sociais, muito especialmente educadores, sobre a proteção de crianças e adolescentes frente a violência sexual contra crianças e adolescentes. Ou seja, quando possível realizar encontros educativos e formações dos adultos que lidam diretamente com crianças e adolescentes e podem se deparar com situações envolvendo vítimas de violência e precisam estar preparados para agir de forma adequada.
- » A importância da realização e circulação de pesquisas acadêmicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, muito especialmente que se deem em diálogo tanto com o público-alvo quanto com as organizações da sociedade civil e o Estado.

Então, o que está achando da Comunicação Amigável até agora?

Que tal conhecer alguns exemplos de boas práticas encontradas ao longo da pesquisa do projeto Ecos de Proteção, vamos lá!





4. A Comunicação Amigável na prática

No meio eclesial encontram-se boas práticas de comunicação tanto em algumas Conferências Episcopais da América Latina quanto em algumas arquidioceses e dioceses do Brasil em seus sites oficiais ou redes sociais.

Os exemplos a seguir possuem elementos da Comunicação Amigável, tais como linguagem acessível, layout chamativo e interativo e conteúdo educativo.

1. **Conferência Episcopal de Bolívia** possui em seu site oficial a aba Comissão de Prevenção, na qual encontram-se materiais como El Arte de Escuchar, Decálogo de la Cultura del Cuidado e Elementos de Primera Acogida. Estes são, inclusive, materiais que estão na descrição como “Documento em versão amigável”.
2. **Conferência Episcopal do Chile** possui em seu site oficial uma aba em destaque intitulada Prevenimos os abusos, no qual te leva para outra página dedicada ao tema com um texto de abertura e as abas com os conteúdos. Na aba Recursos, encontram-se as Linhas Guias de Cuidado e Esperança, materiais para estabelecimentos educacionais, para paróquias e comunidades e para formação.
3. **A Diocese de Petrópolis em parceria com a *Reconciliatio*¹**, a qual possui materiais de comunicação preventiva e educativo principalmente em suas redes sociais. Veja o Instagram @reconciliation.
4. **Campanha Defenda-se** promove a autodefesa de crianças contra a violência sexual por meio de vídeos educativos com linguagem amigável. Acesse o link do site e visualize os materiais da campanha.

¹ **Reconciliatio** - *Desenvolvimento da Pessoa promove formação nas paróquias* (2023) com linguagem informativa, direcionada a catequistas e agentes pastorais e produção local; *Webinário sobre a prevenção do abuso sexual e o papel da Igreja* (2021) com linguagem informativa, direcionada ao público adulto e produção geral da Igreja do Brasil e *Membros da Coordenação da Reconciliatio participam do congresso latino-americano sobre prevenção de abusos* (2023) com linguagem informativa, direcionada ao público adulto e produção geral da Igreja da América Latina.



5. Para saber mais

Para se aprofundar ainda mais neste tema, indicamos a leitura dos artigos analisados na pesquisa que deu fruto a este material. Veja abaixo do que se trata os 13 artigos e acesse seus links.

1. Artigo *Trata de menores con fines de explotación: estrategias de prevención em la región de Bogotá*

Apresenta estratégias de prevenção frente ao tráfico de meninas, meninos e adolescentes que se identificam na atuação das organizações da sociedade civil na região de Bogotá, Colômbia.

2. Artigo *Explotación sexual comercial infantil y adolescente: una aproximación a la situación en España*

Entrevista jovens com medidas legais de proteção sobre suas experiências e conhecimentos sobre ESCIA, partindo de uma perspectiva de trabalho em que o menino, menina e adolescente é o centro de interesse.

3. Artigo *Análise aparente de tecnologia Educativa para universitários sobre abuso sexual infantil*

Elabora e realiza a validação aparente de um folder, verificando se é compreensível pelo público-alvo e adequado ao tema.

4. Artigo *Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseado em critérios de literatura*

Avalia livros infantis publicados por autores brasileiros, por meio de um questionário online baseado em 27 critérios propostos em estudos prévios internacionais. Tais critérios têm a finalidade de identificar características e/ou assuntos que devem ser abordados em livros que tratam do abuso sexual direcionados para o público infantil.

5. Artigo *Prevenção à violência sexual na adolescência: construção e validação de cartilha digital*



Desenvolve e analisa como prova de validade de conteúdo cartilha digital para prevenção da violência sexual na adolescência.

6. Artigo *Psychosocial intervention in sexual violence against children: reflexivity and psychodramatic resource*

Discute a reflexividade de crianças do sexo feminino vítimas de violência sexual durante uma intervenção psicossocial de orientação psicodramática, buscando apreender a perspectiva dos significados presentes nos diálogos e brincadeiras.

7. Artigo *Desafíos del sistema educativo frente al abuso sexual en la infancia*

Analisa os modos pelos quais o problema da segurança atravessa a instituição escolar, focando-se na sua capacidade de construir subjetividades através da coordenação e tensão das diferentes formas de interpelação, que associamos a uma política de compaixão, uma política de repressão e uma política de direito.

8. Artigo *Evaluación de un programa de promoción de conductas de Autoprotección para la prevención del abuso sexual infantil, Medellín*

Executa um programa de prevenção do abuso sexual infantil e avaliar a mudança no conhecimento de comportamentos de autoproteção das crianças entre os 5 e 14 anos de idade.

9. Artigo *Vídeo educacional sobre prevenção da violência sexual infantil para cuidadores familiares: elaboração, validação e avaliação*

Descreve a elaboração, validação e avaliação de um vídeo educacional sobre a prevenção da violência sexual infantil para cuidadores familiares.



10. Artigo *Towards child-inclusive practices in child protection in Ghana: perspectives from parents*

Investiga as opiniões dos pais sobre como as percepções das crianças poderiam ser incluídas nas decisões de proteção infantil em Gana.

11. Artigo *School-based education programs for the prevention of child sexual abuse: a Cochrane systematic review and meta-analysis*

Avalia evidências da eficácia dos programas de educação escolar para a prevenção do abuso sexual infantil (CSA). Os programas fornecem informações sobre CSA e estratégias para ajudar as crianças a evitá-lo e incentivar a busca de ajuda.

12. Artigo *Preventing child sexual abuse: a systematic review of interventions and their efficacy in developing countries*

Revisam sistematicamente a pesquisa sobre a natureza das intervenções de abuso sexual infantil nos países em desenvolvimento, os cenários e as populações incluídas para identificar tipos de iniciativas de prevenção de abuso sexual infantil que estão sendo implementadas nos países em desenvolvimento e sua eficácia.

13. Artigo *What do actors in child protection processes in Sweden know about children's rights to participation and about talking to children?*

Investiga as percepções de conhecimento e demandas educacionais dos atores no sistema de proteção infantil da Suécia, em relação ao direito das crianças à participação e a capacidade percebida dos atores para se comunicar com as crianças.



6. Desafio – Agora é a sua vez!

Considerando a sua imersão neste material de Comunicação Amigável e o seu contexto, o que já pode ser implementado ou aprimorado por você e sua equipe em relação a comunicação preventiva?

Que tal começar a fazer diferente? Este e-book é apenas o começo, você pode ir muito mais além:

- » Planeje oficinas educativas para sua equipe,
- » Produza materiais de comunicação amigável que traduzem os documentos oficiais da Igreja,
- » Organize ações de prevenção com parcerias em escolas e outras instituições,
- » Se engaje em campanhas de prevenção que tenham características da comunicação amigável.

O tema é sensível, mas temos a responsabilidade de abordá-lo de forma educativa e empática, garantindo uma comunicação acolhedora com crianças, adolescentes e adultos de confiança.

Algumas sugestões gerais de melhorias na comunicação dos sites e redes sociais das instituições eclesiais:

- » Para Arquidioceses, Dioceses e Institutos Religiosos: deixar a aba Política de Proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis acessível e pública para todos na primeira página de seu site;
- » Na aba Política de Proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis é necessário ter informações dos canais para realizar a comunicação de violência;
- » É importante elaborar um guia de prevenção contra à violência considerando as especificidades do próprio contexto;
- » No *Instagram* e outras redes sociais pertinentes se faz necessário criar um destaque ou post fixo com informações sobre prevenção e proteção.



7. Lista dos links dos materiais importantes para compreender a comunicação amigável

- » Miniguia para criadores e jornalistas: **Miniguia para criadores e jornalistas: como falar sobre violência sexual contra crianças e adolescentes?**
- » Glossário Comunicação e Direitos: **Arquivo Glossários - ANDI - Comunicação e Direitos**
- » Campanha Defenda-se: **Sobre - Defenda-se**
- » Reconciliatio: **Reconciliatio - Desenvolvimento da Pessoa**
- » Conferência Episcopal do Chile: **Prevenir Abusos**
- » Conferência Episcopal da Bolívia: **Elementos de primera acogida**
- » Conferência Episcopal da Bolívia: **Folleto Díptico Decálogo de la cultura del cuidado**
- » Conferência Episcopal da Bolívia: **El-arte-de-Escuchar.pdf**



8. Sobre o projeto Ecos de Proteção

O projeto **Ecos de Proteção: cuidado integral e defesa das infâncias**, é uma realização do Centro Marista de Defesa da Infância (CMDI) junto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em parceria com a Diocese de São José dos Pinhais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Porticus Latin America Eireli, com apoio do Núcleo Lux Mundi (NLM), da Província Marista Brasil Centro-Sul e Farol 1817. Com o objetivo de *consolidar conhecimentos sobre o ecossistema de defesa e proteção no enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, por meio da formação continuada e comunicação com foco na prevenção, seu desenvolvimento esteve organizado em duas iniciativas: comunicação e pesquisa.*

Na comunicação foram realizadas ações de produção e disseminação de conteúdo que facilitassem a compreensão e aprofundassem a discussão sobre a proteção às infâncias e adultos vulneráveis na Igreja. Foi produzida a série e podcast Cuidadores de Esperança com publicações temáticas relacionando a proteção às infâncias com as celebrações do Jubileu Peregrinos da Esperança, um e-book unificando as publicações do Cuidadores de Esperança, uma versão explicativa da Carta Apostólica Vós Estis Lux Mundi (VELM) e uma versão amigável da VELM.

Na iniciativa de pesquisa foram realizadas três pesquisas que resultaram em recomendações e produtos para fortalecimento da proteção às crianças e adolescentes nos ambientes eclesiais:

- » pesquisa de campo sobre proteção às infâncias na Diocese de São José dos Pinhais;
- » pesquisa do mapeamento da rede de proteção da criança e do adolescente;
- » pesquisa com o levantamento das publicações amigáveis sobre proteção às infâncias realizada pela Igreja Católica do Brasil e América Latina.

Acesse o relatório executivo aqui.



A pesquisa sobre comunicação subsidiou a produção deste guia de comunicação amigável sobre proteção às infâncias para a Igreja do Brasil. A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira etapa se dedicou a compreensão teórica do termo “Comunicação Amigável”, realizando uma revisão da literatura de estudos sobre materiais de comunicação e ações preventivas. A segunda etapa realizou o mapeamento e a análise dos materiais de comunicação dos sites oficiais da CRB, da CNBB e do Núcleo Lux Mundi, sites oficiais e redes sociais das arquidioceses e dioceses do Brasil e das conferências episcopais da América Latina. A partir dos resultados encontrados na pesquisa elaborou-se este Guia de Comunicação Amigável sobre Proteção às Infâncias para a Igreja do Brasil, com a finalidade de subsidiar uma comunicação assertiva e preventiva sobre o tema.

Acesse todos os materiais do projeto aqui.



9. Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 dez. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 jan. 2026.

CENTRO MARISTA DE DEFESA DA INFÂNCIA. **Campanha Defenda-se. Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<https://defenda-se.com/faq/>>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CENTRO MARISTA DE DEFESA DA INFÂNCIA. **Ecos de Proteção**. Disponível em: <https://centrodedefesa.org.br/projeto/ecosdeprotecao/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CENTRO MARISTA DE DEFESA DA INFÂNCIA. **Ecos de Proteção**. Relatório executivo. Disponível em: <https://centrodedefesa.org.br/publicacao/ecos-de-protecao-relatorio-executivo/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

DÍAS-CRUZ, P.C. RODRÍGUEZ-LIZARRALDE, C. Trata de menores com fines de explotación: estrategias de prevención en la región de Bogotá. URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad No. 33, p. 37 – 52, 2022.

HÖJER, S. HULTMAN, E. & LARSSON, M. What do actors in child protection processes in Sweden know about children's rights to participation and about talking to children? **Nordic Social Work Research**, 13:3, p. 486-499, 2023. DOI: 10.1080/2156857X.2022.2041072.

MANFUL, E. CUDJOE, E. ABDULLAH, A. Towards child-inclusive practices in child protection in Ghana: perspectives from parents. **Children and Youth Services Review**, Elsevier Ltd. 2020.

MATOS, K. STELKO-PEREIRA, A. Análise aparente de tecnologia Educativa para universitários sobre abuso sexual infantil. **Psico-USF, Bragança Paulista**, v. 20, p. 349 – 352, 2015.



MOREIRA, D. COSTA, L. Psychosocial intervention in sexual violence against children: reflexivity and psychodramatic resource. **Revista Brasileira de psicodrama**, São Paulo, v. 29, nº 1, p. 16 – 25, 2021.

PARAGUASSU, Liana B; MACHADO DA COSTA, Valéria. **Guia de Linguagem Simples do ICICT**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: < <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/5afa16da-e80d-4765-b739-7728f55f5468/content> >. Acesso em: 6 jan. 2026.

PEREDA, N. et al. Explotación sexual comercial infantil y adolescente: una aproximación a la situación en España. **Papeles del Psicólogo**, vol. 42(3), p. 193 – 199, 2021. <https://doi.org/10.23923/pap.psicol.2966>.

RUSSELL, D. HIGGINS, D. POSSO, A. Preventing child sexual abuse: a systematic review of interventions and their efficacy in developing countries. **Child Abuse & Neglect**, Elsevier Ltd. 2020.

SAFERNET BRASIL. **Miniguia para criadores e jornalistas**. Disponível em: Miniguia para criadores e jornalistas: como falar sobre violência sexual contra crianças e adolescentes?. Acesso em: 05 nov. 2025.

SDS. **Glossário Comunicação e Direitos**. Disponível em: Arquivo Glossários - ANDI - Comunicação e Direitos. Acesso em: 05 nov. 2025.

SIERRA, G. GONZÁLEZ-TORRES, M. **Desafíos del sistema educativo frente al abuso sexual en la infancia**. Revista de Educación, vol. 1, Nº 30, P. 23 - 40, 2020.

SILVA, K. PINHEIRO, P. MESQUITA, K. SALES, J. MONDRAGÓN-SÁNCHEZ, E. XIMENES, L. et al. **Prevenção à violência sexual na adolescência: construção e validação de cartilha digital**. Acta Paul Enferm. 2024; 37: eAPE02612.

SIQUEIRA, V. SETTE, G. PERRELLI, J. MARINUS, M. SOUZA, V. GUEDES, T. Vídeo educacional sobre prevenção da violência sexual infantil para cuidadores familiares: elaboração, validação e avaliação. **Texto Contexto Enferm** [Internet], 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0414pt>.

SOMA, S. WILLIAMS, L. Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseado em critérios de literatura. **Temas em psicologia**, v. 25, nº 3, p. 1201 – 1212, 2017.

VÉLEZ, C. et al. Evaluación de un programa de promoción de conductas de Autoprotección para la prevención del abuso sexual infantil, Medellín, Colombia. **Rev. Méd. Risaralda**, v. 21(1), p. 3 -8, 2015.

WALSH, K. et al. School-based education programs for the prevention of child sexual abuse: a Cochrane systematic review and meta-analysis. **Research on social work practice**, 2015.

